



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

63.01.01.01

ATA da 370ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Condir do dia 01/03/2018

Ao primeiro dia do mês de março de dois mil e dezoito, às onze horas e trinta minutos, em sua sede na Avenida Venezuela, cento e dez, segundo andar, na sala de reuniões da presidência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), na cidade do Rio de Janeiro, realizou-se a trecentésima septuagésima Reunião Ordinária de Assuntos Gerais do Conselho Diretor do INEA (CONDIR), instituída pelo Decreto Estadual nº 41.628, de doze de janeiro de dois mil e nove. Na Reunião, estavam presentes os Senhores Conselheiros: Marcus de Almeida Lima, Presidente; Paulo Schiavo Junior, Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (DIBAPE); Antônio Carlos Freitas de Gusmão, representante da Diretoria de Gente e Gestão (DIGGES); Mariana Palagano Ramalho Silva, Diretora de Licenciamento Ambiental (DILAM); André Luiz Felisberto França, Diretor Adjunto, representante da Diretoria de Pós-Licença (DIPOS); e Daniel Oliveira Ribeiro, Adjunto, representante da Diretoria de Recuperação Ambiental (DIRAM). Os demais constam na lista de presença. **I. Abertura:** Abrindo os trabalhos, o Presidente cumprimentou a todos e deu início à reunião. **II. E-07/002.12754/17 – Lindo Parque Motel Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à proposta da área técnica de suspensão da atividade de extração de água subterrânea. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional da Baía da Guanabara (SUPBG), o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando à suspensão da atividade de extração de água subterrânea. **III. E-07/002.13516/17 – Auto-Ônibus Vera Cruz Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto à proposta da área técnica de suspensão da atividade de extração de água subterrânea. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da SUPBG, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando à suspensão da atividade de extração de água subterrânea. **IV. E-07/511.979/12 – F2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Requerimento:** Deliberar quanto ao recurso. **Decisão:** Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional da Baía da Ilha Grande



SECRETARIA DE
ESTADO DO AMBIENTE

inea instituto estadual
do ambiente

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Avenida Venezuela, 110 – Saúde – Rio de Janeiro - RJ-CEP: 20.081-312
Telefone 2332-4604 / www.inea.rj.gov.br

(SUPBIG), o Conselho Diretor indeferiu o recurso apresentado, mantendo a multa e determinou que o recorrente seja notificado a apresentar, no prazo de 15 dias a contar da data do recebimento da Notificação: (i) projeto de recuperação da área; e (ii) proposta de prestação de serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, para análise e instrução do pedido de conversão da multa. **V. E-07/002.971/14 – Tecnologia em Cabos de Aço Brascabo Ltda..** Requerimento: Deliberar quanto ao recurso. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da Superintendência Regional de Macaé e das Ostras (SUPMA), o Conselho Diretor reavaliou a dosimetria da penalidade aplicada, reduzindo o valor da multa aplicada para R\$ 19.570,01 (dezenove mil, quinhentos e setenta reais e um centavo); nada obstante, indeferiu o recurso e determinou que o recorrente seja notificado a apresentar, no prazo de 15 dias a contar da data do recebimento da Notificação, proposta de prestação de serviços de melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, para análise e instrução do pedido de conversão da multa. **VI. E-07/507.788/11 – K. Lund do Brasil Equipamentos Petrolíferos Ltda..** Requerimento: Deliberar quanto ao recurso. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA, o Conselho Diretor reavaliou a dosimetria da penalidade aplicada, reduzindo o valor da multa aplicada para R\$ 19.061,81 (dezenove mil, sessenta e um reais e oitenta e um centavos); nada obstante, indeferiu o recurso. **VII. E-07/002.12210/13 – Koleta Ambiental S.A..** Requerimento: Deliberar quanto ao recurso. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA, o Conselho Diretor indeferiu o recurso, mantendo a multa. **VIII. E-07/002.7376/16 – Roberto Veloso Fernandes.** Requerimento: Deliberar quanto à impugnação à Notificação nº SUPMANOT/01078288 (demolição administrativa das construções em alvenaria do muro e do almoxarifado, erigidas em Área de Preservação Permanente - APP). Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA, o Conselho Diretor indeferiu a impugnação, determinando o prosseguimento do processo de demolição administrativa e deliberou, ainda, que o recorrente seja notificado a apresentar Projeto de Reposição Florestal na APP, ao longo do curso d'água, em todo o trecho que intercepta a propriedade. **IX. E-07/002.5514/15 – Adão Fajardo Daut.** Requerimento: Deliberar quanto à impugnação à Notificação nº SUPMANOT/01065340 (demolição administrativa da construção de alvenaria de um cômodo utilizado como garagem e armazenamento de materiais, erigida em Área de Preservação Permanente - APP). Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da

SUPMA, o Conselho Diretor indeferiu a impugnação, determinando o prosseguimento do processo de demolição administrativa e deliberou, ainda, que o recorrente seja notificado a apresentar projeto de recuperação da vegetação nativa na APP do córrego Crubixais em todo o trecho que o mesmo intercepta a propriedade. **X. E-07/002.13399/17 – Luzileth Maria Barbosa Ouverney.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de embargo da obra de construção de residência em Área de Preservação Permanente (APP), a cerca de 3 metros da margem do Córrego Santiago, no município de Nova Friburgo. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA, o Conselho Diretor decidiu aprovar os procedimentos de fiscalização e, em função de haver passado mais de 60 (sessenta) dias desde a emissão do Auto de Medida Cautelar nº 2253 (data de emissão: 29/11/17), deixou de ratificar a medida cautelar. **XI. E-07/002.12839/17 – Ampla Energia e Serviços S.A..** Requerimento: Deliberar quanto à proposta da área técnica de embargo de obra pela instalação de torre para recebimento de linha de transmissão de energia, sem a devida comunicação prévia ao órgão licenciador. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da SUPMA, o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando ao embargo de obra. **XII. E-07/202.265/99 – Balprensa Comércio e Indústria de Ferro Ltda..** Requerimento: Deliberar quanto à proposta da área técnica de suspensão parcial da atividade. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da Coordenadoria de Acompanhamento dos Instrumentos de Licenciamento Ambiental (CILAM/DIPOS), o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando à suspensão parcial da atividade, permitindo o funcionamento somente do escritório. **XIII. E-07/002.1749/18 – Políbio Nunes Correia.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de apreensão de 1 Retroescavadeira, modelo 580 H nº 6982512 CASE e 1 Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 150 SE. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da Coordenadoria de Fiscalização (COFIS), o Conselho Diretor decidiu ratificar a apreensão cautelar. **XIV. E-07/002.1751/18 – Políbio Nunes Correia.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de embargo de obra por dar início à instalação de condomínio e loteamento, sem possuir Licença de Instalação e/ou autorização ambiental pertinentes. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COFIS, o Conselho Diretor decidiu ratificar o embargo cautelar. **XV. E-07/002.1715/18 – Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo.** Requerimento: Ratificar a medida cautelar de interdição do estabelecimento por operar atividade de vazadouro

de lixo, sem nenhum tipo de controle, a céu aberto, sobre o solo com presença de catadores, com foco de moscas, com urubus e queima de resíduos de qualquer natureza ao ar livre. Decisão: Conforme considerações da equipe técnica da COFIS, o Conselho Diretor decidiu ratificar a interdição cautelar. **XVI. E-07/002.1947/18 - Everton Leite Pereira.** Requerimento: Deliberar quanto ao pedido de licença sem vencimentos do servidor, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 12/03/18. Decisão: Solicitação aprovada conforme considerações do Assessor Especial da Presidência. **XVII. OF.INEA/DIGGES nº 03/18.** Requerimento: Deliberar quanto à substituição do servidor Filipe Quaresma Pimentel, id. funcional 5000350-0, pelo servidor Antônio Carlos de Freitas de Gusmão, id. funcional 3995964-3, como o substituto eventual da DIGGES nas reuniões do CONDIR. Decisão: Solicitação aprovada conforme considerações do Assessor Especial da Presidência. **XVIII. E-07/002.1634/18 - Pedido de Capacitação National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA).** Processo retirado de pauta a pedido do Diretor Adjunto da DIPOS. **XIX. E-07/001.436/16 – Projeto Ambiental.** Requerimento: Apresentação de encerramento do Projeto “Estudo de concepção e projeto básico para complementação do sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário do Distrito de Conservatória, município de Valença – RJ”, com proposta de utilização como fonte de recursos o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC.INEA.026/10) celebrado em 04/10/10 entre a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a empresa Cia. Siderúrgica Nacional – CSN, Usina Presidente Vargas - UPV. Decisão: Conforme considerações do Representante da DIRAM: (i) o orçamento inicialmente estimado pela Administração era de R\$ 512.912,29, conforme apresentado ao Conselho Diretor do INEA em sua 310ª Reunião Ordinária de Assuntos Gerais, do dia 17/11/16, porém, tendo em vista o desconto oferecido pela empresa vencedora do certame, o valor do contrato foi de R\$ 512.296,76; (ii) o número do contrato FUNBIO é o 004/2017; (iii) a empresa contratada foi a Ambiental Engenharia e Consultoria; (iv) o início da execução foi em 01/02/17; (v) foram assinados 2 termos aditivos - 1º aditivo de prazo: término de execução de 30/04/17 para 09/06/17 e término de vigência de 31/05/17 para 30/06/17; e 2º aditivo de prazo: término de execução de 09/06/17 para 31/08/17 e término de vigência de 30/06/17 para 30/10/17; e (vi) os seguintes produtos foram entregues – Plano de Trabalho e programação das atividades; diagnóstico e caracterização da área, coleta de

dados e diagnóstico das estruturas existentes; estudo de concepção; serviços de campo; projeto básico; quantitativos e orçamento. O Conselho Diretor tomou ciência e aprovou o encerramento do Projeto. **XX.** Por solicitação do Presidente, o processo **E-07/002.6386/17 - DIAFI – INEA** foi incluído na pauta. Requerimento: Deliberar quanto à doação de 20 (vinte) veículos do tipo “caminhões baú” aos municípios habilitados pelos critérios da Superintendência de Gestão de Resíduos Sólidos da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), listados a seguir: *E-07/002.1780/18 – Cantagalo; E-07/002.1782/18 – Armação de Búzios; E-07/002.1784/18 – Itaperuna; E-07/002.1786/18 – Miracema; E-07/002.1788/18 – São João da Barra; E-07/002.1792/18 – Barra do Piraí; E-07/002.1794/18 – Bom Jardim; E-07/002.1796/18 – Carmo; E-07/002.1798/18 – Iguaba Grande; E-07/002.1800/18 – Itaocara; E-07/002.1804/18 – Santa Maria Madalena; E-07/002.1806/18 – Valença; E-07/002.1808/18 – Vassouras; E-07/002.1810/18 – Piraí; E-07/002.1812/18 – Quissamã; E-07/002.1813/18 – Rio das Flores; E-07/002.1815/18 – São Sebastião do Alto; E-07/002.1817/18 – Trajano de Moraes; E-07/002.1819/18 – Três Rios; E-07/002.1821/18 – Arraial do Cabo.* Decisão: Doação aprovada conforme considerações do Presidente, tendo em vista que essa doação visa à execução do projeto “Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos no Estado do Rio de Janeiro”, aprovado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM) por meio da Deliberação Executiva nº 328, de 02/05/17 (processo administrativo E-07/001.146/17), com o objetivo de implantar e/ou expandir a Coleta Seletiva em municípios do estado.

XXI. Por solicitação do Diretor Adjunto da DIPOS, o processo **E-07/002.1536/18 - Osvaldo Miguel de Souza** foi incluído na pauta. Requerimento: Deliberar quanto à proposta da área técnica de demolição administrativa. Decisão: Conforme considerações do Diretor Adjunto da DIPOS e tendo em vista o Ofício MA nº 1881/17 – 1ª PJTC, de 29/11/17, que requisitou que fosse informado se o presente caso havia sido incluído em pauta para apreciação pelo CONDIR, considerando a possibilidade de demolição administrativa da estrutura edificada sob o curso d’água; o Conselho Diretor decidiu ratificar os procedimentos de fiscalização, visando à demolição administrativa da construção. Os Conselheiros determinaram que seja analisada a possibilidade de que essa demolição seja executada por meio de contratação emergencial. **XXII.** Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação de

todos. Em seguida, lavrou a presente ata que vai assinada por ele e por todos os Conselheiros do Instituto Estadual do Ambiente presentes nesta data.

MARCUS DE ALMEIDA LIMA
Presidente
Id. f. 4464539-2

PAULO SCHIAVO JUNIOR
Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e
Ecossistemas - Id. f. 2046253-0

ANTÔNIO CARLOS FREITAS DE GUSMÃO
Representante da Diretoria de Gente e Gestão
Id. f. 39959643

MARIANA PALAGANO RAMALHO SILVA
Diretora de Licenciamento Ambiental
Id. f. 4347983-9

ANDRE LUIZ FELISBERTO FRANÇA
Diretor Adjunto de Pós-Licença
Id. f. 4347779-8

DANIEL OLIVEIRA RIBEIRO
Representante da Diretoria de Recuperação
Ambiental – Id. f. 4431563-5

ORIGINAL ASSINADO